

ENTRE A MATERNAGEM E A CARREIRA PROFISSIONAL: A REALIDADE DAS TRABALHADORAS DE SAÚDE DO SUS

Heloise Messias¹ Maria Clara Jorge Jardim² Railson Cipriano Regis³ Ronan Vieira Borba⁴

RESUMO: Este estudo examina a relação entre equidade no Sistema Único de Saúde (SUS) e a maternagem, destacando os desafios das trabalhadoras do sistema. A equidade, princípio central do SUS, reconhece os impactos dos determinantes sociais da saúde, como condições de trabalho e discriminação de gênero e raça, sobre a saúde das profissionais. A maternagem, entendida como uma responsabilidade de cuidado, transcende questões biológicas e é realizada por diferentes perfis de cuidadores, incluindo mulheres cis, homens e mulheres trans, e casais homossexuais. O objetivo do estudo é investigar como a formação profissional em saúde no SUS influencia o dia a dia das trabalhadoras que exercem a maternagem, especialmente em relação à saúde mental e às condições de trabalho. A revisão sistemática de 11 artigos revela que essas trabalhadoras enfrentam uma sobrecarga física e emocional, agravada pela falta de suporte institucional, como salas de amamentação e políticas públicas adequadas para proteger as mães no ambiente de trabalho. Os resultados destacam a importância de políticas de apoio psicológico e a criação de infraestrutura que permita um melhor equilíbrio entre a maternagem e o trabalho. A implementação de salas de amamentação e o reforço de políticas como a licença-maternidade são essenciais para garantir um ambiente de trabalho mais justo e saudável para as trabalhadoras do SUS, promovendo seu bem-estar físico e emocional.

Palavras-chave: Maternagem. Trabalhadoras. SUS.

ABSTRACT: This study examines the relationship between equity in the Unified Health System (SUS) and caregiving, highlighting the challenges faced by female workers in the system. Equity, a core principle of the SUS, acknowledges the impact of social determinants of health, such as working conditions and discrimination based on gender and race, on the health of professionals. Caregiving, understood as a caregiving responsibility, goes beyond biological factors and is performed by various caregiver profiles, including cis women, transgender men and women, and same-sex couples. The study aims to investigate how professional health training in the SUS influences the daily lives of workers who engage in caregiving, particularly regarding mental health and working conditions. A systematic review of 11 articles reveals that these workers face physical and emotional overload, exacerbated by a lack of institutional support, such as breastfeeding rooms and adequate public policies to protect mothers in the workplace. The results emphasize the importance of psychological support policies and the creation of infrastructure that enables a better balance between caregiving and work. The implementation of breastfeeding rooms and the strengthening of policies such as maternity leave are essential to ensure a fairer and healthier working environment for SUS workers, promoting their physical and emotional well-being.

Keywords: Caregiving. Women workers. SUS.

¹Universidade Federal de Goiânia, Goiás.

²Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

³Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

⁴Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a equidade é um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde (SUS), relacionado à igualdade e justiça social. Ela envolve o respeito às necessidades e diversidades dos cidadãos, reconhecendo determinantes sociais que afetam a saúde, como condições de vida, trabalho, educação, lazer e preconceitos, incluindo racismo, homofobia e machismo, que impactam diretamente a saúde das pessoas (Brasil, 2013).

A busca por equidade e o reconhecimento dos determinantes sociais da saúde colocam a maternidade/maternagem como tema central para discutir o cuidado, a divisão sexual do trabalho, o tempo dedicado ao trabalho formal e informal, e o machismo. O termo "maternidade" e suas variações, como "mãe" e "materno", possuem múltiplos significados, abrangendo tanto o cuidado quanto o parentesco, e podem ser atribuídos a qualquer cuidador, independentemente de gênero (Iaconelli, 2023). Essa complexidade é ampliada pela interseccionalidade de gênero, com homens e mulheres transgênero, além de casais homossexuais, adotando diferentes formas de nomeação parental, que vão além de questões biológicas (Porchat, 2019).

Nesse sentido, esse estudo tem por objetivo destacar a relação entre a formação profissional em saúde e o cotidiano de trabalho no SUS, focando em pessoas que exercem a maternagem. A compreensão desses processos é fundamental para a prevenção, o bem-estar e o tratamento psicológico de trabalhadores(as) do SUS em maternagem. Vale ressaltar, também, a importância de incluir grupos vulnerabilizados no planejamento e execução de políticas e intervenções culturalmente sensíveis e adequadas.

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica sistemática visa identificar e analisar publicações sobre maternagem e a realidade das trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS). As bases de dados selecionadas incluem SciELO, Latindex, PubMed, LILACS, BDNF, BVS e MEDLINE, por sua relevância nas ciências da saúde e políticas públicas. A pesquisa também abrange documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988 e legislações complementares. Para garantir a abrangência do tema, foram utilizados termos como "maternagem," "trabalhadoras," e "SUS," aplicados isoladamente e em combinações com operadores booleanos (AND, OR, NOT) para refinar os resultados e assegurar a relevância dos estudos selecionados.

Critérios de Inclusão

Foram incluídos artigos publicados entre 2010 e 2024, em português, espanhol e inglês, para garantir a atualidade das discussões sobre maternagem e as trabalhadoras do SUS, além de refletir mudanças nas políticas públicas e nas condições de trabalho. A pesquisa abrangeu estudos empíricos, revisões de literatura, análises teóricas e documentos oficiais, como a Constituição de 1988 e portarias do Ministério da Saúde, que contextualizam as normas do SUS. Também foram selecionados artigos que tratam diretamente da maternagem e das condições de trabalho das mulheres no SUS, incluindo temas como saúde mental, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, impactos do machismo, discriminação e a aplicação de políticas de equidade de gênero e proteção à saúde das mulheres.

Critérios de Exclusão

Foram excluídos estudos fora do escopo que não tratavam diretamente da maternagem ou do contexto das trabalhadoras do SUS, mesmo que abordassem saúde pública ou maternidade em geral sem conexão com o SUS ou políticas de equidade de gênero. Para evitar duplicidade, apenas uma versão de estudos encontrados em mais de uma base de dados foi incluída, e artigos anteriores a 2010 foram excluídos, exceto quando considerados referências teóricas ou documentais essenciais para a discussão de políticas históricas ou conceitos fundamentais sobre o SUS e a maternagem.

RESULTADOS

A pesquisa bibliográfica nos bancos de dados citados na metodologia acima resultou na identificação inicial de 47 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão citados abaixo o número final de textos selecionados para análise foi 11. Esses artigos atenderam aos critérios de relevância temática, qualidade metodológica e aderência ao tema central da maternagem e à realidade das trabalhadoras do SUS. Além dos artigos, foram incluídos documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988 e portarias do Ministério da Saúde, para contextualizar as diretrizes legais aplicáveis.

Sala de amamentação: infraestrutura adequada para as mães

Embora a sala de amamentação não esteja explicitamente mencionada na Constituição Federal de 1988, ela é prevista em legislações infraconstitucionais que garantem os direitos das

trabalhadoras lactantes. A CLT exige que empresas com mais de 30 funcionárias ofereçam espaços para aleitamento, mas a implementação dessa norma no SUS enfrenta desafios estruturais e regionais, resultando na falta de infraestrutura adequada. Isso compromete o bem-estar das trabalhadoras e sua capacidade de amamentar, evidenciando a necessidade de políticas públicas que criem ambientes apropriados para apoiar as mães no retorno ao trabalho (BRASIL, 1988; Almeida et al., 2022). Além disso, a falta de investimento e as desigualdades regionais agravam a situação, destacando ainda mais a urgência de tais políticas (Silva et al., 2023; Marcolin et al., 2017).

Licença-Maternidade no setor público de saúde: um direito inegável

A licença-maternidade, garantida pela Constituição Federal de 1988 no artigo 7º, inciso XVIII, assegura 120 dias de afastamento para trabalhadoras urbanas e rurais, sem prejuízo de emprego e salário, promovendo a proteção à maternidade e à infância. A Emenda Constitucional nº 41 de 2003 permite que entidades públicas e empresas do Programa Empresa Cidadã estendam esse período para 180 dias, mas sua aplicação enfrenta desafios, especialmente para trabalhadoras informais e terceirizadas, o que demanda políticas que assegurem seu cumprimento (Garcia et al., 2018; Monteiro et al., 2017). No setor público de saúde, é crucial discutir os impactos desse período na saúde física e emocional das trabalhadoras, pois, embora vital, a licença-maternidade pode ser insuficiente para atender às necessidades de mães e bebês em diversas situações (Rimes et al., 2019).

Sobrecarregadas e invisíveis: a saúde mental das trabalhadoras do SUS

O machismo estrutural afeta as trabalhadoras do SUS, que frequentemente precisam equilibrar múltiplas funções sem o reconhecimento ou suporte adequado. O estudo propõe políticas inclusivas para proteger os direitos das mães e promover um ambiente de trabalho digno, destacando a sobrecarga física e emocional dessas profissionais, que precisam conciliar o trabalho com a maternagem. Além disso, aponta a falta de suporte psicológico e sugere a criação de programas de assistência mental para reduzir o estresse e prevenir o burnout (Rangel et al., 2023).

DISCUSSÃO

A dignidade no trabalho das trabalhadoras do SUS é diretamente impactada pela implementação (ou falta) de políticas voltadas à amamentação, às salas de amamentação e à licença-maternidade. O machismo estrutural, que exige que as mulheres conciliem múltiplas funções sem o devido suporte, é exacerbado pela ausência de políticas institucionais que garantam um ambiente de trabalho adequado às mães. Em muitos casos, as trabalhadoras do SUS enfrentam sobrecarga física e emocional, sendo obrigadas a gerenciarem suas responsabilidades profissionais, ao mesmo tempo que são cobradas a exercer plenamente a maternagem.

As políticas de amamentação são essenciais para a saúde materno-infantil, mas muitas instituições, incluindo unidades do SUS, carecem de infraestrutura adequada, como salas de amamentação, apesar da exigência da CLT. Isso dificulta a continuidade da amamentação e sobrecarrega as profissionais, que enfrentam a dupla jornada. Embora a licença-maternidade assegure 120 dias de afastamento, podendo ser estendida para 180 dias, o retorno ao trabalho é desafiador devido à falta de apoio, comprometendo o bem-estar das mães e prejudicando sua saúde mental e capacidade profissional.

A sobrecarga mental e emocional das trabalhadoras do SUS é intensificada pela ausência de políticas de suporte psicológico, resultando em burnout e estresse. Elas enfrentam o desafio de equilibrar trabalho e cuidado dos filhos, muitas vezes sem reconhecimento ou suporte institucional. Medidas como a ampliação de programas de assistência mental, fortalecimento das políticas de amamentação e a implementação de salas de amamentação adequadas são essenciais para promover a dignidade no trabalho e o bem-estar dessas profissionais. A articulação entre licença-maternidade, salas de amamentação e apoio à saúde mental é crucial para criar um ambiente de trabalho mais justo e acolhedor para as mães trabalhadoras.

CONCLUSÃO

O machismo estrutural, a sobrecarga de trabalho e a falta de infraestrutura adequada nas instituições de saúde, como a inexistência de salas de amamentação, comprometem tanto o bem-estar físico quanto o mental das trabalhadoras do SUS. A implementação de políticas públicas voltadas para a ampliação de programas de saúde mental, o fortalecimento das políticas de amamentação e o cumprimento adequado do direito à licença-maternidade são essenciais para garantir um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, L. M. N. et al.. A influência do retorno ao trabalho no aleitamento materno de trabalhadoras da enfermagem. *Escola Anna Nery*, v. 26, p. e20210183, 2022, <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0183>.
2. BRASIL. Políticas de promoção da equidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2013
3. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
4. IACONELLI, V.. Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023
5. FERNANDES GARCIA, C.; VIECILI, J. *Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 271-280, maio-ago. 2018. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>.
6. MARCOLIN, M. et al. Amamentação e os desafios enfrentados pela mulher trabalhadora: um relato de experiência. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750*, v. 7, n. 1, p. 99-99, 5 jan. 2017. <https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/42>
7. MONTEIRO, F. R. et al. Influence of maternity leave on exclusive breastfeeding. *Jornal de Pediatria*, v. 93, n. 5, p. 475-481, set. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2016.11.016>.
8. PORCHAT, P. "Mãe-e-pai": uma parentalidade não-binária. In: ASSUAR, G.; NUNES, L. V.; SILVA JR., J. P. da (Orgs.). *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção*. São Paulo: Zagodoni, 2019. p. 175-190.
9. RANGEL, S. P. A.; CASTRO, A. M. DE .. Saúde mental: onde se colocam as questões de gênero? Os papéis das mulheres cisgêneras. *Saúde em Debate*, v. 47, n. spe1, p. e9048, 2023.
10. RIMES, Karina Abibi; OLIVEIRA, Maria Inês Couto de; BOCCOLINI, Cristiano Siqueira. Licença-maternidade e aleitamento materno exclusivo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, Brasil, v. 53, p. 10, 2019.
11. SILVA, I. A. et al.. Continued breastfeeding and work: scenario of maternal persistence and resilience. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 76, n. 1, p. e20220191, 2023.